



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 6 de janeiro de 2025

<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na sexta-feira	<b>Salário mínimo</b> Últimos	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
1,32% São Paulo	120.283 27/12 30/12 2/12 3/12	R\$ 6,18 (+ 0,30%)	6,179 6,193 6,180 6,162	R\$ 6,36	12,15%	12,33%	Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39

## FUNCIONALISMO

# Servidores lutam por reajuste em 2025

Categorias tentam negociar aumento desde 2019, mas sem sucesso. Governo federal prometeu acerto, que será implementado de forma retroativa a partir deste mês, a depender da aprovação da LOA

» FERNANDA STRICKLAND

O ano de 2025 promete trazer mudanças importantes para os servidores públicos federais, com a implementação da Medida Provisória (MP) 1286/24, que inclui reajustes salariais e uma reestruturação significativa no funcionalismo público. O acerto será implementado de forma retroativa a partir deste mês, dependendo da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos afirma que os valores estão dentro dos parâmetros estabelecidos pelo novo arcabouço fiscal, que mantém os gastos com pessoal em 2,58% do Produto Interno Bruto (PIB), o mesmo nível registrado em 2022. O acumulado chega a 27%, em média, e tem impacto de R\$ 17,9 bilhões, em 2025, e de R\$ 8,5 bilhões, em 2026.

Apresentada pelo governo como parte do plano de "Transformação do Estado Associada à Gestão de Pessoas", a Medida Provisória contempla 38 categorias de servidores e introduz novas diretrizes para cargos públicos e progressões na carreira. Eles estão sem conseguir negociar o reajuste desde 2019.

O aumento, negociado ao longo de 2024 em tratativas com diversas categorias, será implementado de forma retroativa a 1º de janeiro de 2025, mas depende da aprovação da LOA. "Não é simplesmente um aumento de remuneração. É, de fato, uma reestruturação de carreiras. É mais uma etapa da transformação do Estado que a gente tem feito", afirmou a ministra da Gestão, Esther Dweck, quando a medida foi implementada.

O presidente do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, afirma que o governo tem cumprido com os termos do acordo firmado com os servidores para que os efeitos financeiros tenham início a partir deste mês. "O Executivo está trabalhando para que haja correção do poder aquisitivo dos salários. No último governo, de 2019 a 2022, os salários ficaram completamente congelados. Tivemos perdas inflacionárias acumuladas de 27%", ressalta.

"Na atual gestão, tivemos uma primeira recomposição em 2023, de 9%. E, agora, essa nova recomposição vai ajudar o poder aquisitivo dos salários. A Medida Provisória é muito ampla, são mais de 700 páginas, ela está sendo estudada pelos servidores, suas entidades de classe, vai encerrar debates com o próprio governo, mas temos certeza que a publicação faz com que nós comecemos o 2025 com o pé direito", completa o presidente da Fonacate.

### Cargos

Além do reajuste, a MP prevê a transformação de 14.989 cargos considerados obsoletos em 15.670 novos postos, com 70% das vagas voltadas para a área da educação, incluindo 100 novos institutos federais. Segundo Esther Dweck, essa reformulação não gera impacto orçamentário

imediate, já que se trata de uma reorganização das funções existentes. "São postos mais alinhados às necessidades atuais", afirmou a ministra.

Outro ponto de destaque é a criação de duas novas carreiras transversais. A primeira, seria para a carreira de desenvolvimento das políticas de justiça e defesa, que com 750 vagas, terá foco na execução de atividades técnicas em áreas como planejamento, coordenação e supervisão de projetos e programas ligados à Justiça, defesa nacional e segurança.

A segunda, será a carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, que também terá 750 vagas. A medida estará voltada para o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional, abrangendo áreas socioeconômicas, regionais, urbanas e rurais. As vagas para essas novas carreiras serão preenchidas por meio de uma nova edição do Concurso Nacional Unificado (CNU), reforçando o compromisso do governo com um processo seletivo mais centralizado e eficiente.

### Educação

A área da educação aparece como o principal destino dos novos cargos criados pela MP. Além de serem contemplados com a maioria das novas vagas, os institutos federais receberão atenção especial, reforçando a expansão e a qualificação do ensino público técnico e superior no Brasil.

Essa priorização reflete o esforço do governo em alinhar o funcionalismo público às demandas da sociedade, como a ampliação do acesso à educação de qualidade e o desenvolvimento de áreas estratégicas para o país.

A MP também traz mudanças nas regras de avaliação de desempenho, progressão e promoção de servidores públicos. Essas alterações visam modernizar os critérios para evolução na carreira, garantindo maior meritocracia e eficiência no setor público. Entre as novidades, estão sistemas mais rigorosos de avaliação, que poderão ser vinculados ao desempenho individual e coletivo, e programas de formação contínua para capacitação em competências modernas.

Apesar das restrições orçamentárias, o governo assegura que os reajustes e as mudanças propostas pela MP foram planejados para respeitar os limites fiscais. "Estamos respeitando todos os limites fiscais. Mesmo com todas essas negociações e com os concursos autorizados e previstos, vamos ter um gasto com pessoal estável", afirmou Esther Dweck.

Contudo, a implementação das medidas depende da aprovação da LOA, que ainda está em tramitação no Congresso Nacional. A votação, prevista para ocorrer após o recesso parlamentar, será determinante para a efetivação dos reajustes e demais mudanças.

Especialistas avaliam que a MP representa um avanço significativo na modernização do

## Expectativas para 2025

A perspectiva da Pasta é trabalhar na adaptação da nossa regulamentação de concursos públicos e fazer outras modernizações que se mostrarem necessárias



### PLANOS PARA MODERNIZAÇÃO

- Adaptação das regulamentações de concursos públicos à Lei nº 14.965/2024.
- Inclusão de outras modernizações, considerando a experiência acumulada nas ações anteriores do Ministério.

### PANORAMA DAS MUDANÇAS EM 2024

- Vagas autorizadas: 2.299 até 20/12/2024 (atualizações disponíveis on-line).

### Realização do CPNU (Concurso Público Nacional Unificado)

- Maior concurso da história com 6.640 vagas ofertadas (de 9.066 autorizadas em 2023).
- Participação de 21 órgãos e mais de 2 milhões de inscritos.
- Abrangência nacional: realizado em 228 municípios, em 65.635 salas e com 970 mil candidatos fazendo as provas.

Fonte: Ministério da Gestão e Inovação (MGI)

Marcelo Ferreira/CB/DA.PRESS



### Funcionários cobram reajuste do governo federal desde 2019



O Executivo está trabalhando para que haja correção do poder aquisitivo dos salários. No último governo, de 2019 a 2022, os salários ficaram completamente congelados. Tivemos perdas inflacionárias acumuladas de 27%

Rudinei Marques, presidente da Fonacate

"Não é simplesmente um aumento de remuneração. É, de fato, uma reestruturação de carreiras. É mais uma etapa da transformação do Estado que a gente tem feito"

Esther Dweck, ministra da Gestão

### DESAFIOS ENFRENTADOS

- Enchentes no Rio Grande do Sul, forçando o adiamento das provas de maio para agosto.
- Parcerias importantes com estados, municípios e sociedade civil para democratizar o acesso ao serviço público.

### EXPECTATIVAS PARA 2025

- Aguardam aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2025 para definir possíveis autorizações de vagas.
- Planejamento para a realização do 2º CPNU.

serviço público, mas ressaltam que os desafios persistem. O economista Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), avalia que o Concurso Nacional Unificado, que será utilizado para preencher as novas vagas, promove eficiência e transparência, mas enfrenta limitações impostas pela política de austeridade.

"A política de austeridade impõe limites na criação de novas vagas, priorizando áreas essenciais como saúde, educação e segurança pública. Contudo, o Concurso Nacional Unificado acelera a reposição de quadros, especialmente em áreas estratégicas, e reduz desigualdades regionais e institucionais", destaca Nogami.

### Mudanças

Ao Correio, por meio de nota, o Ministério da Gestão informou que trabalha em outras iniciativas para o setor público, além do CNU. A pasta busca implementar reformas estruturais que alinhem o serviço público às demandas da sociedade, por exemplo, a adaptação da regulamentação de concursos públicos e "modernizações que se mostrarem necessárias em função da experiência acumulada com as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Ministério".

Para o economista Otto Nogami, essas medidas são essenciais para modernizar o setor público

e enfrentar desafios como o alto índice de servidores próximos à aposentadoria. "Com uma grande parcela do funcionalismo se aposentando nos próximos anos, é crucial acelerar a reposição de quadros e adaptar as carreiras às demandas atuais", destaca.

Segundo o economista César Bergo, professor da Universidade de Brasília (UnB), as inovações trazidas pela MP, como o uso de plataformas digitais e a centralização dos processos seletivos, podem indicar ganhos de agilidade e redução de custos. "Essa mudança significativa irá provocar impactos positivos, inclusive, no que se refere à gestão orçamentária, adaptando o processo a situações de restrições fiscais", avalia.

### Modernização

Do ponto de vista econômico, o novo modelo de seleção tem o potencial de causar impactos positivos na gestão orçamentária. Bergo explica que a centralização dos concursos e a digitalização dos processos geram economias significativas, permitindo uma melhor adaptação às restrições fiscais. "A agilidade esperada no processo de seleção permitirá ajustar o funcionalismo às demandas do orçamento público, minimizando desperdícios", observa.

O equilíbrio entre restrições orçamentárias e a necessidade de modernização do setor público serão cruciais. O governo enfrenta o desafio de garantir a sustentabilidade fiscal enquanto investe na renovação do quadro funcional. Para isso, é necessário priorizar áreas críticas, como saúde e educação, e buscar soluções inovadoras, como contratos temporários para demandas emergenciais.

Segundo Bergo, o CNU marca o início de uma nova era no funcionalismo público federal. A iniciativa, liderada pelo Ministério da Gestão e Inovação, é um passo importante para tornar o setor público mais eficiente, transparente e alinhado às expectativas da sociedade.

Para os especialistas, a modernização do serviço público depende de uma gestão estratégica de pessoas, que inclua valorização, capacitação e avaliação contínua dos servidores.

A Medida Provisória 1286/24 representa uma tentativa de o governo federal equilibrar restrições fiscais com a necessidade de modernizar e reestruturar o funcionalismo público. Com foco em áreas prioritárias, como educação e desenvolvimento socioeconômico, a MP busca não apenas ajustar salários, mas também repensar a estrutura de cargos e carreiras.

O sucesso da iniciativa dependerá da capacidade do governo de implementar as mudanças propostas, manter o equilíbrio fiscal e garantir que as novas regras contribuam para a eficiência e a qualidade do serviço público. Enquanto isso, servidores e candidatos acompanham com atenção os desdobramentos da tramitação da LOA e a concretização dos reajustes salariais para 2025.